



Processo nº: 71000.065677/2017-98

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR  
CNPJ: 00.932.411/0001-15  
Município: Porto Alegre/RS  
Processo nº: 71000.106918/2010-90

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS  
CNPJ: 28.805.190/0001-33  
Município: Petrópolis/RJ  
Processo nº: 71000.042984/2013-77

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

## CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### PAUTAS DE REUNIÕES CNAS - AGOSTO 2018

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Anexo Ala "A" - 1º Andar - Brasília/DF

06/08/2018 - REUNIÃO DE COMISSÕES E GRUPO DE TRABALHO

10h às 13h  
Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda  
Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social

14h às 18h  
Grupo de Trabalho sobre o Projeto de integração de sistemas de registro de informações das OSCs no SUAS  
07/08/2018 - REUNIÃO DE COMISSÕES

09h às 16h  
Comissão de Normas da Assistência Social- Apresentação pelo DRSP/MDS e DGSUAS/MDS do Projeto Piloto do Cadastro Nacional de Entidades - CNEAS e outros.

Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Monitoramento de execução das metas semestrais, do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO, conforme resolução CNAS Nº 19/2017 e outros.

Comissão de Política da Assistência Social: Apresentação e discussão da proposta de Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNAS que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS, com a presença de um representante do CNCD/LGBT e outros.

Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Apresentação dos dados do GT Indígena constituído no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDS e outros.

16h às 18h  
Presidência Ampliada.

08/08/2018 - PLENÁRIA - 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

9h às 09h30  
Aprovação das atas da 265ª e da 266ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 267ª Reunião Ordinária do CNAS.

9h30 às 10h  
Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros.

10h às 11h  
Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.

11h às 12h  
Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.

14h às 17h  
Apresentação da iniciativa "Futuro na Mão: Dando um Jeito na Vida Financeira".

Convidados: SENARC e SNAS

17h às 18h  
Informe sobre ações realizadas e em andamento de articulação e mobilização para inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico - Status do cadastramento.

Convidados: SNAS, CONADE, CONANDA e CNDI.

09/08/2018 - PLENÁRIA - 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

9h às 10h  
Relato da Presidência Ampliada

10h às 12h  
Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social (julho)

Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social  
14h às 16h  
Relato da Comissão de Normas da Assistência Social (julho)  
Relato da Comissão de Normas da Assistência Social  
16h às 17h  
Relato da Comissão de Política da Assistência Social  
17h às 18h  
Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

## Ministério do Meio Ambiente

### AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS ÁREA DE REGULAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

#### ATOS DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 709ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de julho de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 998 - MARCOS ANTONIO DE MELO COSTA, Rio Paraíba, Município de CAPELA/AL, irrigação.

Nº 999 - FAZENDA UNIDAS LTDA - ME, SEBASTIAO ADILSON RABELO e SILVIO CESAR COELHO CALDEIRA, rio Carinhanha, Município de COCOS/BA, irrigação.

Nº 1.000 - FAZENDA UNIDAS LTDA - ME, SEBASTIAO ADILSON RABELO e SILVIO CESAR COELHO CALDEIRA, rio Carinhanha, Município de COCOS/BA, irrigação.

Nº 1.001 - RENAN MONTALVAO COSTA, rio Carinhanha, Município de MONTALVANIA/MG, irrigação.

Nº 1.002 - WAGNA MARIA APARECIDA GOMES, rio São Bartolomeu, Município de CRISTALINA/GO, irrigação.

Nº 1.003 - DECIO BRUXEL, rio São Francisco, Município de SÃO ROMÃO/MG, irrigação.

Nº 1.004 - ELÍSEU CARLOS RODRIGUES, rio São Francisco, Município de BURITIZERO/MG, irrigação.

Nº 1.005 - BAMBU PARTICIPAÇÕES S.A, rio São Francisco, Município de BURITIZERO/MG, irrigação.

Nº 1.006 - ICAL Energética LTDA, UHE Três Marias (rio São Francisco), Município de Três Marias/MG, irrigação.

Nº 1.007 - ENOCH DE SOUZA CAMPOS FILHO, Ribeirão Formosa, Município de CABECEIRA GRANDE/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

#### DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 23 a 29/07/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

ADRIANO HENRIQUE MACHADO ADJUTO, rio Preto, Município de Unaí/MG, irrigação.

ANTONIO MARQUES GUIMARAES, UHE Ilha Solteira, Município de Carneirinho/MG, irrigação.

ANTONIO NICOLAU DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

ASSOCIACAO DE IRRIGANTES DO RIO MAMPITUBA, rio Mampituba, Município de Torres/RS, irrigação.

BENEDITO ABADE DA SILVA, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

CORN PRODUCTS BRASIL, rio Mogi-Guaçu, Município de Mogi-Guaçu/SP, indústria, alteração.

DAIRO BICUDO PIAI, UHE Jurumirim, Município de Paranapanema/SP, irrigação.

EMANOEL MESSIAS SANTANA SILVA, UHE Sobradinho, Município de Sento Sé/BA, irrigação.

EMÍDIO GONÇALVES DE MEDEIROS, rio Sabugi, Município de São João do Sabugi/RN, irrigação.

FRANCISCO MARTINS SANTANA, rio Tocantins, Município de São Miguel do Tocantins/TO, aquicultura.

INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA, rio Mogi-Guaçu, Município de Mogi Guaçu/SP, indústria.

JEANDERSON ALVES DE OLIVEIRA, UHE Emborcação, Município de Cascalho Rico/MG, irrigação.

JOAO LUIZ LEONELLO FILHO, rio Mogi-Guaçu, Município de Mogi Guaçu/SP, irrigação.

JOAO MARCELINO DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Piaçabuçu/AL, aquicultura.

JOAO PAULO LEAL, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

JOAO RICARDO FORTUNA, rio Paraná, Município de Querência do Norte/PR, irrigação.

JORGE FELIX DE SOUZA, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

JOSE MACIEL FILHO, Açude Epitácio Pessoa, Município de Boqueirão/PB, irrigação.

JOSÉ NUNES BISPO, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação, transferência.

JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS GAMA, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/BA, irrigação.

JULIMAR BANDEIRA, rio Tocantins, Município de São Miguel do Tocantins/TO, aquicultura.

JULIO BIETRESATO DA SILVA, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de Cássia/MG, irrigação.

KARINA MARINHO MENEZES FERREIRA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Chorrochó/BA, irrigação.

LAERTY TANURIO AQUINO DO NASCIMENTO, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

LAETE VALENTIM DOS REIS, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

MARAJA MENEZES BISPO OLIVEIRA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

MARIA DO CARMO RIBEIRO DANTAS, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/BA, irrigação.

MAURICIO BATISTA SOARES, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

MINERACAO ARAGUAIA LTDA, rio do Peixe, Município de Itapira/SP, mineração.

MINERACAO NOVA IMPERATRIZ LTDA, UHE Funil, Município de Bom Sucesso/MG, mineração.

MINERACAO RIO PARACATU LTDA, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, mineração.

MUNICIPIO DE JARDIM DO SERIDO, açude Boqueirão de Parelhas, Município de Parelhas/RN, consumo humano.OLAVO REMIGIO CONDE, rio São Marcos, Município de Paracatu/MG, irrigação, alteração.

OSMAR PEREIRA DOS SANTOS, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/MG, irrigação.

PAULO VIEIRA DE FRANCA, rio Tocantins, Município de São Miguel do Tocantins/TO, aquicultura.

RAIMUNDO MARTINS HERENIO, rio Tocantins, Município de São Miguel do Tocantins/TO, aquicultura.

RENE RONALDO DE SOUZA AS, rio São Francisco, Município de Glória/BA, irrigação.

RICARDO DUTRA DE OLIVEIRA SILVEIRA, UHE Marimbondo, Município de Frutal/MG, irrigação.

RICARDO EMPREENDIMENTOS INCORPORACOES E CONST LTDA, rio Cuiabá, Município de Cuiabá/MT, outros.

ROBSON GOMES DE SOUZA VIVIAN, rio Paraná, Município de Querência do Norte/PR, irrigação.

RONDINELE DE LIMA FERNANDES, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE TRES RIOS, rio Paraíba do Sul, Município de Três Rios/RJ, esgotamento sanitário.

SJC BIOENERGIA LTDA, UHE São Simão, Município de Cachoeira Dourada/GO, indústria, transferência.

THEODORO ANTONIO ZANOTTI, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação, transferência.

VITORINO FRANCISCO DE MENESES, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/BA, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

## CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

### RESOLUÇÃO Nº 197, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Institui Grupo de Trabalho de acompanhamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, Anexo à Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.010266/2018-23, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho - GT no âmbito da Câmara Técnica Legal e Institucional - CTIL com o objetivo de acompanhar as atividades de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Parágrafo único. O GT será constituído por dois membros de cada segmento representado na CTIL.



Art. 2º O GT definirá as normas para o seu funcionamento, sua agenda de trabalho e promoverá a articulação do arranjo operacional necessário ao seu funcionamento.

Art. 3º A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba manterá o GT informado sobre a agenda de reuniões e encaminhará as atas e quaisquer outros documentos que permita o adequado acompanhamento das atividades.

Art. 4º Cabe ao GT, trimestralmente, elaborar relatório a ser encaminhado à CTIL, apresentando os avanços e desafios no processo de instalação do Comitê, solicitando, se necessário, informações à Diretoria Provisória do CBH.

Art. 5º O prazo de vigência desse Grupo de Trabalho será coincidente com o mandato da Diretoria Provisória definida pela Portaria CNRH nº 1, de 12 de junho de 2018.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE  
Presidente do Conselho

JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR  
Secretário-Executivo

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 690, DE 27 DE JULHO DE 2018

Cria o Colegiado de Instrução Processual e Julgamento de Autos de Infração no âmbito da Coordenação Regional da 4ª Região do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e delega competências referentes aos julgamentos dos autos de infração aplicados às Unidades de Conservação vinculadas à Coordenação Regional.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 638/Casa Civil, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Criar o Colegiado de Servidores para Julgamento dos autos de infração da Coordenação Regional da 4ª Região - CR4 Belém/PA e delegar as seguintes competências referente ao julgamento dos autos de infração aplicados às Unidades de Conservação vinculadas a essa Coordenação Regional.

Art. 2º Ao Colegiado compete, de forma concomitante ao Coordenador Regional e em consonância com o que dispõe o art. 6º, da Instrução Normativa ICMBio nº 06, de 1º de dezembro de 2009:

I - Adotar medidas necessárias à instrução processual de processos de auto de infração, como o despacho de processos, consultas jurídicas relacionadas e saneamento de autos de infração;

II - Decidir sobre a destinação definitiva dos bens objeto de medida administrativa cautelar de apreensão;

III - Decidir sobre o agravamento de que trata o art. 11º do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;

IV - Decidir, motivadamente, sobre a manutenção das medidas administrativas cautelares aplicadas pelo agente de fiscalização, quando provocado para tanto, enquanto o processo ainda não houver sido julgado;

V - Julgar os autos de infração em primeira instância, mantendo ou cancelando as medidas administrativas cautelares aplicadas;

VI - Decidir pela manutenção ou reconsideração do julgamento quando interposto recurso;

VII - Exercer o juízo de admissibilidade dos recursos; e,

VIII - Elaborar o parecer instrutório recursal.

Art. 3º Os atos decisórios deverão ser assinados por no mínimo 3 (três) membros desse colegiado.

Parágrafo único. Os atos não decisórios, de mera instrução processual, podem ser praticados individualmente, por qualquer dos membros do Colegiado.

Art. 4º O membro do Colegiado fica impedido de participar do julgamento de auto de infração que tiver lavrado na qualidade de fiscal.

Art. 5º O Coordenador Regional poderá emitir ordens de serviço específicas aos servidores designados nesta portaria para atos relacionados à instrução e julgamento de processos de autos de infração.

Art. 6º O colegiado será composto pelos servidores do âmbito da Coordenação Regional 4.

Parágrafo único. A participação no Colegiado não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 7º O Colegiado de Instrução Processual e Julgamento de Autos de Infração será composto pelos seguintes servidores: ARISTEU TEIXEIRA DA SILVA JÚNIOR - matrícula 1774260; FERNANDA COLARES BRANDÃO - matrícula 1573561; JOSIEL BARBOSA VASCONCELOS - matrícula 1365265; NAIANA PERES DE MENEZES ARANHA - matrícula 1525027; PAULO JARDEL BRAZ FAIAD - matrícula 1715589; ROBERTA HELENA LAVAREDA ROSA - matrícula 1573992; SHEYLA DA SILVA LEO - matrícula 1778956.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

### PORTARIA Nº 691, DE 27 DE JULHO DE 2018

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Ilhéus, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no Estado da Bahia (Processo SEI nº 02070.005566/2018-67).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil nº 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018,

Considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UCs, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta II a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013; e,

Considerando a proximidade física destas unidades e as ações conjuntas e integradas já desenvolvidas pelas UCs, as quais estão sediadas no mesmo local e compartilham a mesma estrutura física e equipamentos, resolve:

Art. 1º Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Ilhéus, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federais, integrando a gestão das unidades citadas a seguir:

I - Parque Nacional Serra das Lontras;

II - Reserva Biológica de Una; e

III - Refúgio de Vida Silvestre de Una.

§ 1º. O ICMBio Ilhéus, se constitui numa estratégia de gestão visando ao cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das unidades de conservação, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos e orientações de seus conselhos gestores.

§ 2º. As unidades de conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, na qual as prioridades de gestão nas UC são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º. As competências do ICMBio Ilhéus serão desempenhadas, para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o SNUC.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Ilhéus:

I - o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território das UCs abrangidas pelo ICMBio Ilhéus;

II - o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementaridades funcionais das UCs e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III - o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente equilibrado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Ilhéus se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Ilhéus deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Ilhéus poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º O Chefe do ICMBio Ilhéus designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidos em Regimento Interno, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação pela Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º Os servidores lotados ou em exercício nas unidades de conservação mencionadas no artigo 1º desta Portaria passam a ser lotados ou terem seu exercício no ICMBio Ilhéus.

Art. 7º O ICMBio Ilhéus será sediado em Ilhéus/BA. § 1º Enquanto estrutura de apoio à gestão das unidades de conservação, o ICMBio Ilhéus dispõe da Base Operacional - BAP/Una, localizada em Una/BA.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

## Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

### SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

#### PORTARIA Nº 7.555, DE 30 DE JULHO DE 2018 (\*)

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ORÇAMENTO FEDERAL, responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal, no uso das atribuições estabelecidas no inciso VII do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e a delegação de competência constante do item "I" da alínea "b" do inciso II do art. 2º da Portaria SOF nº 81, de 19 de julho de 2016, e

Considerando que o aprimoramento do processo orçamentário impõe a constante revisão das classificações orçamentárias das receitas da União, resolve:

Art. 1º Excluir, no Anexo da Portaria SOF nº 45, de 26 de agosto de 2015, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.2.1.7.03.0.0	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas
1.2.1.7.03.1.0	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas
1.2.1.7.03.2.0	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos
1.2.1.9.02.2.0	Cota-Parte da Contribuição Sindical
1.3.9.0.00.1.0	Demais Receitas Patrimoniais

Art. 2º Incluir, no Anexo mencionado no art. 1º, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.3.9.1.00.0.0	Participação da União em Receita de Serviços
1.3.9.1.01.0.0	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios
1.3.9.1.01.1.0	Participação da União em Receita de Loteria Federal
1.3.9.1.01.2.0	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva
1.3.9.1.01.4.0	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos
1.3.9.1.01.5.0	Participação da União em Receita de Loteria Instantânea
1.3.9.1.01.6.0	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico
1.3.9.9.00.0.0	Demais Receitas Patrimoniais
1.3.9.9.00.1.0	Demais Receitas Patrimoniais

Art. 3º Modificar, no Anexo mencionado no art. 1º, a especificação das seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.2.1.7.04.0.0	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos
1.2.1.7.04.1.0	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos
1.2.1.7.04.2.0	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos
1.2.1.7.06.0.0	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico
1.2.1.7.06.1.0	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico
1.2.1.7.06.2.0	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos
1.2.1.9.04.2.0	Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de junho de 2018.

GERALDO JULIÃO JÚNIOR

(\*) Republicação por ter sido publicada no DOU nº 136, de 17 de julho de 2018, Seção 1, página 84, com incorreção no original.